



DESIGUALDADES REGIONAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARANÁ

REGIONAL INEQUALITIES AND SOLIDARITY ECONOMY IN THE PARANÁ

Luis Claudio Krajevski
Tatiane Thaís Lasta
Daniel Rodrigo Strelow
Ivo Marcos Theis

Resumo: As desigualdades socioeconômicas regionais, embora de magnitudes distintas, estão distribuídas por todas as unidades da Federação. Uma das alternativas para mitigar estas discrepâncias é a constituição dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Dessa maneira, o objetivo deste artigo é analisar a adoção dos EES no território paranaense, estado que também apresenta disparidades significativas. Neste sentido, foi traçado um perfil socioeconômico do Paraná, em nível mesorregional, relacionando com o volume de EES existentes no estado. Para isso, foram coletadas informações socioeconômicas junto ao IBGE e IPARDES, além da coleta de dados do “Atlas da Economia Solidária”, produzido em 2013 e organizados pela Secretaria Nacional da Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego. Os resultados apontam para um desequilíbrio na distribuição dos EES entre as mesorregiões paranaenses. Enquanto algumas mesorregiões apresentam números satisfatórios das iniciativas de economia solidária, outras apresentam resultados muito aquém das necessidades de desenvolvimento socioeconômico regional.

Palavras chave: Economia Solidária. Paraná. Desenvolvimento Desigual.

Abstract: Regional socioeconomic inequalities, although of different magnitudes, are distributed among all the units of the Federation. One of the alternatives to mitigate these discrepancies is the creation of Solidarity Economy Enterprises (EES). In this way, the objective of this article is to analyze the existence of the SEEs in the territory of Paraná, a state that also presents significant disparities. In this sense, a socioeconomic profile of Paraná was drawn, at mesoregional level, relating to the volume of ESS in the state. For this, socioeconomic information was collected from the IBGE and IPARDES, as well as data



collection from the Atlas of the Solidarity Economy, produced in 2013 and organized by the National Secretariat for Solidarity Economy of the Ministry of Labor and Employment. The results point to an imbalance in the distribution of ESS among the mesoregions of Paraná. While some mesoregions present satisfactory numbers of solidarity economy initiatives, others show results well below the needs of regional socioeconomic development.

Keys words: Solidarity Economy. Paraná. Uneven Development.

1 INTRODUÇÃO

As iniciativas neoliberais têm se mostrado ineficientes quanto ao avanço rumo a uma sociedade com mais igualdade e menos pobreza. Tais ações, muitas vezes incentivadas pelo próprio Estado, têm agravado diversos problemas socioeconômicos. As consequências são diversas, tais como: aumento de bolsões de pobreza; desemprego; exclusão social; precarização do trabalho, entre outros. E esses efeitos afetam a vida das pessoas das mais diversas regiões.

Os estudos sobre trabalho no cenário atual de globalização, considerando especialmente o contexto de países periféricos, têm se mostrados verdadeiros desafios à sua interpretação. As mudanças no mundo do trabalho são decorrentes do processo de reestruturação produtiva, a qual proporcionou o aumento do desemprego e da informalidade. Durante esse processo foram marcantes, sobretudo para os trabalhadores, o que ficou conhecida a precarização das relações de trabalho. Conseqüentemente, devem-se buscar alternativas que reduzam os efeitos dessa precarização sobre a vida das pessoas, principalmente em regiões com maior desigualdade socioeconômica.

Se voltarmos o olhar ao passado, a década de 1990 foi um marco das políticas neoliberais. No Brasil, o famigerado “Estado Mínimo” resultou na abertura comercial, desemprego, exclusão, precarização das relações de trabalho, perda de competitividade internacional de diversas empresas, nos mais diversos setores, resultados negativos na balança comercial, entre outros. Com o Paraná não foi diferente. A propaganda da reestruturação produtiva ocorrida no estado propiciou a concentração de atividades econômicas, beneficiando o capital estrangeiro e privado.

Esta concentração acarretou em elevação das desigualdades socioeconômicas mesorregionais no Paraná. Embora alguns indicadores socioeconômicos paranaenses sejam



melhores que outras unidades da Federação, as assimetrias regionais estão presentes, sendo necessárias ações e estratégias que busquem mitigar tais discrepâncias. Não se quer aqui idealizar um desenvolvimento econômico homogêneo, que beneficie as diferentes regiões de maneira semelhantes. Isso é improvável com o modo de produção capitalista. Contudo, se faz necessária a adoção de medidas que possibilitem aos marginalizados pelo modo de produção vigente melhorar suas condições de vida. Neste sentido, a economia solidária se constitui como uma importante alternativa.

As iniciativas relacionadas à economia solidária podem representar uma importante alternativa para pessoas que estão excluídas pelo modo de produção econômico vigente, ou ainda, pode ocasionar aumento no nível de renda, além de participação em atividades de cunho social (e também político). Embora existam outras perspectivas correlacionadas à economia solidária, a ideia de ser uma alternativa no campo econômico permanece com um argumento bastante razoável diante da atual conjuntura, ainda mais no contexto brasileiro presente.

Atualmente algumas medidas anunciadas pelo novo governo parecem não ser muito animadoras para a classe trabalhadora. A extinção do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE¹, a exclusão de diversos programas e órgãos públicos, como a própria Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, são indícios de que o trabalhador enfrentará novas adversidades, o que poder ser observada na proposta da reforma da Previdência. Isso sem contar a reforma trabalhista do governo anterior (Temer), a qual permitiu o trabalho intermitente, entre outros malefícios aos trabalhadores brasileiros.

O objetivo deste artigo é apresentar um breve panorama da Economia Solidária no Estado do Paraná, Estado esse que espelha um contexto socioeconômico desigual. Para tanto, utilizam-se dados do “Atlas da Economia Solidária” do ano de 2013, organizados pela SENAES, secretaria esta vinculada ao então Ministério do Trabalho e Emprego.

Para atender o objetivo aqui proposto o artigo está didaticamente dividido em cinco seções. Esta primeira que corresponde a uma breve introdução. Na seção a seguir apresentam-se parte teórica conceitual referente a economia solidária, incluindo origens, breve síntese histórica e algumas concepções. A terceira seção contém uma descrição do Paraná e de suas mesorregiões, com destaque para alguns indicadores socioeconômicos. A

¹ O MTE foi extinto conforme Medida Provisória 870, de 01 de janeiro de 2019 (Brasil, 2019)



seguir, é apresentado um panorama da economia solidária paranaense, com base nos dados coletados em 2013. Por fim, tem-se as considerações finais.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

É consenso para muitos pensadores que o advento do capitalismo surge com as ruínas do modo de produção feudal em meados do século XV e XVI. Motivado sobretudo pelos descobrimentos ao redor do mundo, até o século XIX o modo de produção capitalista alcançaria a totalidade do planeta, se tornando um sistema dominante e de abrangência mundial. O decurso e a força deste modo de produção seriam tão expressivos que poderia ser entendido como algo natural (WALLERSTEIN, 1974); (SINGER, 2002).

Neste modo de produção a competição prevalece como premissa econômica básica, sugerindo que cada indivíduo escolherá racionalmente aquilo que é mais vantajoso para atender as suas necessidades básicas e pelo menor preço que o mercado oferecer. Mas será que este mercado é justo na prática? Os efeitos ou desvantagens deste tipo de sociedade são sentidos sobretudo na esfera social. Um mercado que motiva apenas os “vencedores” acaba deixando de lado os “perdedores”, os quais são sempre as maiorias. O capitalismo, portanto, produz desigualdades já que nem todos podem ter as mesmas oportunidades dentro deste mercado (SINGER, 2002).

A economia solidária surge na Inglaterra no século XIX, anos após o capitalismo industrial, quando muitos trabalhadores encontravam-se em situação precária, principalmente por conta da mecanização e pela organização fabril da produção. O movimento da Revolução industrial se iniciou na Grã-Bretanha, com expulsão de uma massa de trabalhadores do campo para a cidade gerando, assim, aumento da população urbana. Boa parte desta população permanecia desempregada, em condições de vida precária. Nesse período, a exploração do trabalho por parte dos industriais não tinha limites, pois mulheres e crianças eram submetidas a jornadas de trabalho exaustivas.

Diante das situações apresentadas da época alguns industriais buscavam uma melhoria mínima na condição de vida para os trabalhadores. Dentre estes se destaca Robert Owen, proprietário de uma indústria têxtil. Este empresário implementou uma jornada de trabalho, além de proibir a contratação de crianças em suas empresas. Ademais, adotou uma



série de medidas com cunho solidário voltado para os trabalhadores (SINGER, 2002); (RANGEL, 2012)

Para superar os problemas que o capitalismo industrial ocasionava na vida dos trabalhadores, após as ações Owen se deu a criação de sindicatos que defendiam e reivindicavam os interesses mínimos da classe trabalhadora. Não obstante, ocorreu a criação de cooperativas, as quais propunham um modelo de organização e produção baseado na autogestão. Ou seja, substituindo os empregadores para que os próprios trabalhadores assumissem as rédeas de seus empreendimentos de forma conjunta e coletiva. É dentro deste cenário, na tentativa de buscar alternativas ao capitalismo industrial, que se lançam as bases do que viria a ser a Economia Solidária (SINGER, 2002).

Embora as iniciativas relacionadas à economia solidária venham desde os tempos da Revolução Industrial, a expressão “Economia Solidária” é um pouco mais recente. O termo surgiu no início da década de 1990, cunhado por Jean Loius Laville e Bernard Eme. Estes autores caracterizaram estes empreendimentos como “iniciativas e práticas socioeconômicas diversas”. Geralmente, a adoção dessas iniciativas visa resolver problemas locais específicos. A economia solidária, portanto, é a junção das atividades econômicas coletivas pautadas nas práticas da solidariedade (FRANÇA FILHO, 2001).

No Brasil o termo Economia Solidária está relacionado ao pesquisador e estudioso Paul Singer, falecido recentemente em 2018. Este pensador define a economia solidária como um modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos e pela posse coletiva dos meios de produção. Entende também que estes empreendimentos devem ser autogeridos pelos próprios trabalhadores de forma democrática (SINGER, 2008).

No Brasil a Economia Solidária ressurge na década de 1980 como resposta dos trabalhadores e das comunidades mais carentes, as quais foram acometidas pelos reflexos da estagnação econômica experimentados pelos países e áreas periféricas. Contudo, as práticas da economia solidárias vão ser realmente incorporadas na década de 1990 quando as iniciativas são incorporadas por trabalhadores e comunidades carentes. Alguns exemplos dessas iniciativas são: 1. trabalhadores desempregados que ocuparam as fábricas fechadas e ativam sua produção por meio da sua organização coletiva e autogerida; 2. agricultores familiares que se organizam em cooperativas para comercializar seus produtos; entre outras iniciativas diferentes iniciativas (SHIOCHET, 2011).



Na década de 1990 a conjuntura nacional permeada pelo neoliberalismo resultou em altas taxas de desemprego, de informalidade e de precarização das relações de trabalho. Com uma legislação mais flexível as empresas optaram por um novo jeito de contratar o “terceirizado”. Conseqüentemente, isso levaria a uma redução dos direitos para os trabalhadores, com significativa redução salarial, além da instabilidade dos empregos. Ademais, as políticas neoliberais desmobilizaram e fragmentaram os movimentos populares. É neste contexto que emergem as iniciativas de Economia Solidária no Brasil (RAMALHO, OLIVEIRA, 2013).

Essas iniciativas de Economia Solidária são interpretadas sob diferentes perspectivas. Para Laville (2009), por exemplo, são duas as dimensões: uma dimensão sociopolítica e outra socioeconômica. A primeira seria útil para dar voz ao espaço público, enquanto a segunda permitiria um encorajamento solidário (LAVILLE, 2009). Para Laville,

A economia solidária trouxe ao debate público as noções de utilidade social e de interesse colectivo e colocou a questão do objectivo das actividades que surgira de modo enganador na economia social centrada nas relações entre actividade e actores. Neste ponto, a economia solidária ultrapassa a economia social (LAVILLE, 2009, p. 42).

Já Coraggio (2013) identifica três correntes de pensamento e ação nas práticas da economia solidária. A primeira analisa a inserção do trabalho no âmbito microeconômico. A segunda discute a criação de um setor orgânico, o qual representaria um subsistema dos EES e representaria um processo econômico que abarcaria a produção, distribuição, circulação e consumo. A última também estaria em um nível sistêmico, mas não seria um subsistema, e sim, buscaria a implementação de um outro sistema econômico (CORAGGIO, 2013).

Outra abordagem se refere as diferentes perspectivas a respeito da economia solidária, sintetizadas por Wirt *et al* (2001). Para estes autores, é possível identificar quatro perspectivas: 1ª considera a possibilidade da economia solidária substituir gradualmente o capitalismo; 2ª entende a economia solidária como complementar ao modo de produção capitalista; 3ª vê a economia solidária como uma alternativa ao capitalismo, ao pregar uma economia popular; e 4ª acredita que o caráter de autogestão levaria a economia solidária para além do capitalismo (WIRT *EL AL*, 2001).

Garcia (2015) julga que há três correntes de pensamento sobre a economia solidária. Para esse autor tem-se nos autores Singer e Mance a primeira, a qual considera que a economia solidária seria um novo modo de produção, com características específicas. A



segunda vertente teria respaldo em autores como Gaiger, França Filho e Laville, para os quais a economia solidária se relacionaria com outros modelos de produção, portanto, convivendo com o capitalismo. A terceira corrente, de autores como Quijano e Castel, encara a economia solidária como resposta às crises do capitalismo, deixando de existir quando estas crises fossem superadas (GARCIA, 2015).

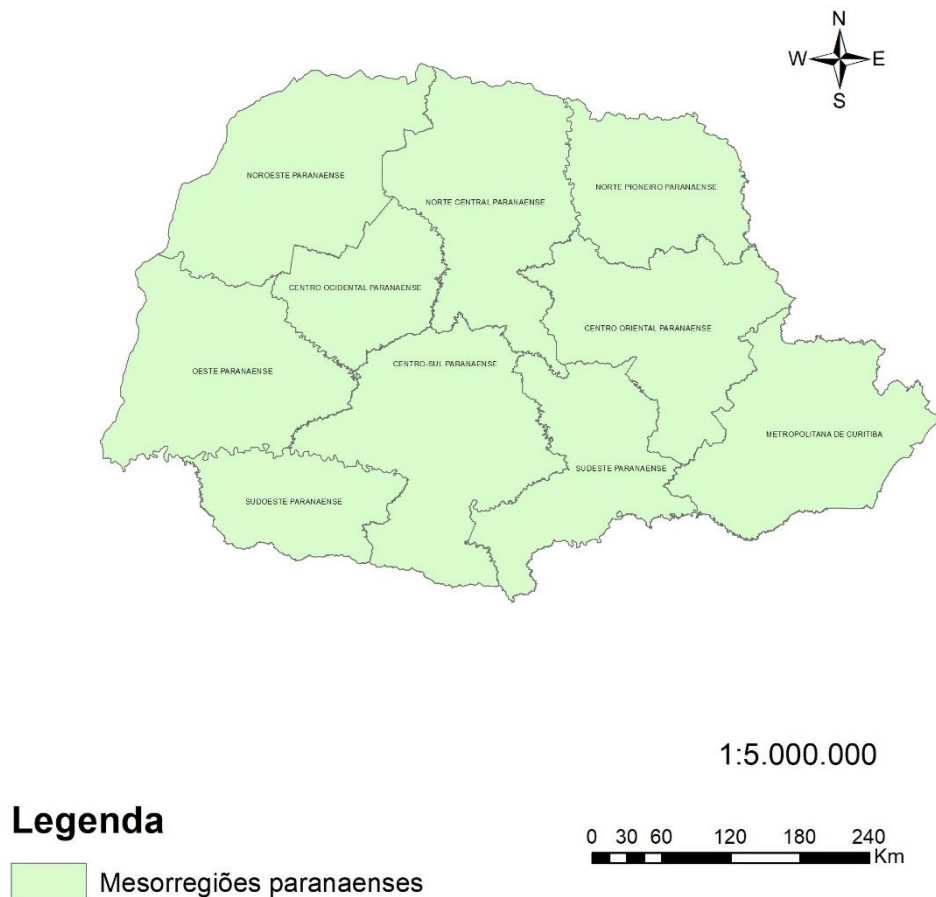
Independente dos autores ou das diferentes perspectivas e abordagens é bastante plausível entender que os EES são importantes mecanismos de inclusão social e econômica. Muito embora a dimensão econômica possa ser constantemente motivadora, os elementos sociais também se fazem presentes. Dessa maneira, é razoável supor que esses empreendimentos são demandados principalmente quando o modo de produção capitalista exclui ou mantém a margem setores da sociedade. Mas não só isso, podem servir como elementos que permitam a construção de alternativas às desigualdades proporcionadas pelo modo de produção capitalista.

Assim, a próxima seção busca retratar algumas características socioeconômicas paranaense. Ademais, visa exibir certas desigualdades regionais. Esta contextualização é útil quando busca se observar a distribuição do EES pelas mesorregiões paranaenses. Afinal, é considerável supor que regiões menos desenvolvidas busquem alternativas para a melhoria nas condições de vida. E, conforme visto até aqui, a adoção de iniciativas de economia solidária podem contribuir para a redução dos problemas econômicos (e sociais) muitas vezes sentidos em regiões menos desenvolvidas.

3 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PARANÁ

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, o Paraná teve um Produto Interno Bruto - PIB equivalente a 6,4% do PIB brasileiro em 2016, sendo o quinto colocado entre os maiores PIB's das unidades da Federação (IPARDES, 2019). A composição por valor adicionado aponta o setor de comércio e serviços com maior participação, equivalente a 50,5%, seguido da indústria (25,7%), administração pública (14%) e agropecuária (9,9%) (IPARDES, 2019a). Ainda, cabe destacar que o PIB *per capita* paranaense foi de R\$ 35.726 em 2016 (IPARDES, 2019b). Outro dado relevante aponta que o grau de urbanização do Estado, em 2010, é de 85,33% (IPARDES, 2019c). Atualmente, seu território é dividido em dez mesorregiões, conforme pode ser observado na figura 1.

Figura 1: Mesorregiões paranaenses



Fonte: Elaboração própria

Buscando ter um panorama das mesorregiões paranaenses a tabela 1 apresenta dos dados relativos ao PIB per capita (2016) e o grau de urbanização (2010). Sobre esta, somente três mesorregiões possuem taxa de urbanização acima da média estadual: Norte Central (91,63%), Metropolitana de Curitiba (91,57%) e Oeste (85,61%). Em contrapartida, duas mesorregiões possuem mais de 30% de sua população em áreas rurais, mais especificamente Centro-Sul (taxa de urbanização de 65,74%) e Sudeste (taxa de urbanização de 58,58%), a mesorregião Sudoeste também apresenta taxa de urbanização mais baixa (70,23%).

Quanto ao PIB per capita não mais que três mesorregiões possuem resultado superior ao paranaense, de R\$ 35.726 para o ano de 2016, sendo que a mesorregião Metropolitana



de Curitiba possui o maior PIB per capita estadual, na ordem de R\$ 42.268; seguida pelas mesorregiões Oeste (R\$ 40.219) e Centro Oriental (R\$ 37.737). As demais mesorregiões estão abaixo da média estadual, sendo que quatro mesorregiões apresentam PIB per capita abaixo dos trinta mil: Centro Sul (R\$ 28.199), Noroeste (R\$ 26.802), Sudeste (R\$ 24.978) e Norte Pioneiro (R\$ 24.148).

Tabela 1 – PIB per capita (2016) e grau de urbanização (2010) por mesorregião

Mesorregião	PIB per capita – 2016	Grau de urbanização (%) – 2010
Centro Ocidental	R\$ 31.506	80,26
Centro Oriental	R\$ 37.737	84,70
Centro-Sul	R\$ 28.199	65,74
Metropolitana de Curitiba	R\$ 42.268	91,57
Noroeste	R\$ 26.802	83,40
Norte Central	R\$ 31.591	91,63
Norte Pioneiro	R\$ 24.148	80,00
Oeste	R\$ 40.219	85,61
Sudeste	R\$ 24.978	58,58
Sudoeste	R\$ 34.650	70,23

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPARDES (2019c).

A tabela 2, a seguir, apresenta uma síntese de alguns dos principais indicadores do Paraná. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – indica o grau de desenvolvimento da região em questão. O resultado de 0,749 aponta o Paraná como um estado de alto desenvolvimento², porém é a quinta melhor unidade da federação neste critério. Quanto ao Índice de Gini, este mede o grau de concentração (neste caso se refere a variável renda), sendo que o Paraná novamente possui uma posição de destaque: segundo no ranking nacional. A renda per capita média foi de R\$ 890,89 o que classifica o Paraná em sexto quando comparado aos demais estados brasileiros. O indicador expectativa de anos de estudo, no entanto, é o melhor resultado do estado, pois lidera o ranking nacional com 10,43 anos de estudo para cada paranaense. O último indicador se refere a percentagem da população com 25 anos ou mais que possui nível superior. Mesmo que seja terceiro no ranking nacional, o resultado indica que apenas 12,75 % da população possui curso superior.

² De acordo com a classificação do PNUD, as faixas de desenvolvimento são assim constituídas: 0,000 a 0,499 – muito baixo; 0,500 a 0,599 – baixo; 0,600 a 0,699: médio; 0,700 a 0,799 – alto; 0,800 a 1: muito alto (PNUD, 2017).



Tabela 2 – Indicadores e posição no ranking nacional - 2010

Indicador	Resultado	Posição no ranking nacional
IDHM	0,749	5º
Índice de Gini	0,53	2º
Renda per capita média	890,89	6º
Expectativa de anos de estudo	10,43	1º
% da população de 25 anos ou mais com superior completo	12,75	3º

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados disponíveis no sítio Atlas Brasil (2019).

Após esta breve síntese do Estado, cabe observar como alguns destes indicadores se comportam quando se verifica as mesorregiões paranaenses. Esses dados estão compilados na tabela 3, a seguir. A primeira grande discrepância se refere ao IDHM pois se, por um lado, tem-se regiões com melhores resultados (alto desenvolvimento), outras se encontram classificadas com grau médio de desenvolvimento. A renda per capita média mensal também apresenta graves distorções. Um exemplo evidente é a renda da mesorregião metropolitana de Curitiba (R\$ 1.116) quando compara a mesorregião Sudeste, pois a primeira equivale ao dobro da segunda. Um último dado que serve para apontar as diferenças mesorregionais se refere a percentagem da população de 25 anos ou mais com ensino superior completo. A mesorregião com melhor resultado é a Metropolitana de Curitiba, com 12,9 % da população com ensino superior. Este resultado é mais que o dobro das mesorregiões Centro-Sul (5,8%) e Sudeste (5,0%).

Tabela 3 – Indicadores socioeconômicos selecionados, por mesorregião, 2010

Mesorregião	IDHM	Renda per capita média (em reais)	% da população com 25 anos ou mais e ensino superior completo
Centro Ocidental	0,703	651	6,7
Centro Oriental	0,689	720	7,3
Centro-Sul	0,654	571	5,8
Metropolitana de Curitiba	0,693	1.116	12,9
Noroeste	0,705	690	6,9
Norte Central	0,714	865	10,2
Norte Pioneiro	0,702	630	6,7



Oeste	0,717	818	9,1
Sudeste	0,679	558	5,0
Sudoeste	0,716	748	7,2

Fonte: Elaborado nos dados da FIEP – Souza, Ruthes e Valença (2015) e IPARDES (2019c).

Os dados até aqui apresentados servem para apontar alguns traços socioeconômicos das mesorregiões paranaenses. Considerando os dados de PIB per capita, IDHM, renda per capita, % da população acima de 25 anos com ensino superior, as mesorregiões que mais se destacam são: Norte Central, Oeste e Metropolitana de Curitiba. Esta, aliás, só não está entre as três melhores mesorregiões nos indicadores citados quanto ao IDHM. Por outro lado, as mesorregiões que até aqui apresentaram resultados mais preocupantes são Centro-Sul, Norte Pioneiro e Sudeste. Essas constatações serão pertinentes ao observar os números da economia solidária por mesorregiões, os quais estão descritos a seguir.

4 PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ

Nesta seção, exibe-se um breve panorama da Economia Solidária no Estado do Paraná. Para tanto, foram utilizados dados do Atlas da Economia Solidária do ano de 2013. A forma de apresentar os dados e análises será feita pelas mesorregiões. Desta forma, é possível observar as características socioeconômicas das regiões e a relevância da economia solidária.

Na tabela 1, apresentam-se os dados quanto a atuação do empreendimento econômico solidária: rural, urbano e aqueles que atuam tanto no rural quanto no urbano. Também na tabela 1 é possível verificar o número total de empreendimentos econômicos solidários no estado do Paraná, além da distribuição por mesorregiões. Neste sentido, o Paraná conta com um total de 832 experiências de economia solidária, sendo que destas 416 estão atuando nas áreas rurais, 302 exercem suas atividades nos espaços urbanos e 114 apresentam-se atuando em ambas as áreas, atuando no rural e urbano.

Tabela 1: Área de atuação do Empreendimento Econômico Solidário

Mesorregião	EES RURAL	EES URBANO	EES RURAL E URBANO	Nº total de EES
Centro Ocidental paranaense	4	5	0	9
Centro Oriental Paranaense	2	13	8	23
Centro-Sul Paranaense	25	10	5	40
Metropolitana de Curitiba	54	187	29	270
Noroeste paranaense	26	15	13	54
Norte Central Paranaense	18	95	19	132
Norte Pioneiro Paranaense	3	4	4	11
Oeste Paranaense	22	14	13	49
Sudeste Paranaense	56	16	9	81
Sudoeste Paranaense	92	57	14	163
Paraná	302	416	114	832

Fonte: Atlas da Economia Solidária 2013 (2019).

Ao se observar os dados da tabela 1 a respeito das mesorregiões, temos que: a mesorregião Sudoeste Paranaense apresenta 92 empreendimentos solidários atuando na área rural (sendo a mesorregião mais expressiva em números atuando no rural), de outro lado a mesma apresenta 57 empreendimentos solidários urbanos e quatorze empreendimentos que atuam tanto em áreas urbanas quanto rurais, totalizando 163 empreendimentos nesta região. A mesorregião Sudeste Paranaense apresenta 56 empreendimentos rurais, dezesseis na área urbana e nove atuam tanto no urbano quanto no rural, arrematando 81 e EES na região. A mesorregião Oeste Paranaense apresenta 22 empreendimentos atuando na área rural e quatorze na área urbana, sendo que treze empreendimentos atuam tanto na área rural quanto urbana, chegando ao total de 49 empreendimentos econômicos solidários é de 49.

Uma das regiões com menor número de atuação dos empreendimentos econômicos solidários é a região Norte Pioneiro Paranaense. Nesta região apenas três empreendimentos estão atuando na área rural, quatro na área urbana e quatro empreendimentos exercem suas atividades tanto no rural quanto no urbano, totalizando onze empreendimentos econômicos solidários. Já o Norte Central Paranaense, os empreendimentos de economia solidária se fazem mais ativos. Nesta região tem-se dezoito empreendimentos na área rural, 95 na área urbana, além de dezenove que atuam tanto no urbano quanto no rural. Este número de 95 EES no perímetro urbano só é superado pela RMC (187). Assim, o total de EES chega a 132. No Noroeste Paranaense são 22 empreendimentos atuando na área rural, quinze na área urbana e 13 em ambas as áreas, totalizando cinquenta EES.



Com relação a RMC, esta apresenta o maior número de EES consumando 270 iniciativas no total, sendo mais da metade na área urbana (187), 54 rurais e 29 com atuação nas áreas urbana e rural. A região Centro-Sul abrange quarenta EES, sendo 25 na área rural, dez na área urbana e cinco atuando em ambas as áreas. Ainda de acordo com os dados da tabela 1, a mesorregião Centro-Oriental dispõe de apenas dois empreendimentos na área rural (a região com menor atuação no rural), treze na urbana e oito com atuação nas duas áreas, totalizando 23 empreendimentos. A mesorregião que tem a menor participação por atuação de empreendimentos econômicos solidários é a região do Centro-Occidental, com nove empreendimentos, sendo quatro na área rural e cinco na área urbana.

Este cenário é bem diferente com relação a Santa Catarina, por exemplo. Quando comparado com o estudo anterior de Theis et al (2017), observa-se que no caso catarinense a presença forte dos EES está mais localizada na área rural, nas mesorregiões nitidamente mais periféricas. Já no Estado do Paraná, há uma maior distribuição dos empreendimentos entre suas mesorregiões.

A tabela 2, a seguir, apresentam-se os dados quanto a forma de organização dos empreendimentos econômicos solidários. Nesta tabela as informações estão divididas por: grupos informais, associações, cooperativa e sociedade mercantil. De acordo com os dados coletados, o Paraná tem um total de 331 EES caracterizados como grupos informais; 361 associações; 137 cooperativas e apenas 3 sociedades mercantis

Tabela 2: Forma de organização dos EES

Mesorregião	Grupo informal	Associação	Cooperativa	Sociedade mercantil
Centro Occidental paranaense	1	6	2	0
Centro Oriental Paranaense	6	17	0	0
Centro-Sul Paranaense	7	24	9	0
Metropolitana de Curitiba	182	58	29	1
Noroeste paranaense	9	38	7	0
Norte Central Paranaense	50	63	18	1
Norte Pioneiro Paranaense	0	11	0	0
Oeste Paranaense	9	33	6	1
Sudeste Paranaense	39	34	8	0
Sudoeste Paranaense	28	77	58	0
Paraná	331	361	137	3

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária 2013 (2019).



Nota-se que a mesorregião Metropolitana de Curitiba é aquela que apresenta o maior número de grupos informais, 182 no total. Quanto às associações o maior número está na mesorregião Sudoeste do Paraná (77). Já a presença das cooperativas é mais expressiva no Sudoeste Paranaense, com 58 unidades. Com relação às sociedades mercantis, estas estão presentes em apenas três mesorregiões: uma na Metropolitana de Curitiba; uma no Norte Central e uma no Oeste.

Também chama atenção o fato de que as mesorregiões Norte Pioneiro e Centro Oriental não possuem nenhuma cooperativa, sendo que a primeira também não possui nenhum EES classificado como grupo informal. O Norte Pioneiro Paranaense apenas onze associações. O Centro Oriental dispõe de apenas seis grupos informais e dezessete associações. O Centro Ocidental apresenta apenas um grupo informal, seis associações e duas cooperativas. O Centro Sul, de acordo com os dados da tabela 2, apresenta sete grupos informais, 24 associações e nove cooperativas.

Na mesorregião Nordeste se destacam as associações (38), sendo que os grupos informais totalizam nove e as cooperativas sete. No Norte Central as associações também são maioria (63), mas com pouca diferença para os grupos informais, que totalizam cinquenta EES na mesorregião, além de dezoito cooperativas. Com relação ao Oeste, encontra-se uma maioria absoluta de associações (33) ante nove grupos informais e seis empreendimentos organizados na forma de cooperativas. Já a mesorregião Sudeste a categoria de grupos informais constitui maioria (39), embora o número de associações seja bastante significativo (34), além de oito cooperativas. Os dados para a mesorregião Sudoeste revelam que são 77 EES organizados na forma de associações, 58 cooperativas e 28 grupos informais.

Abaixo apresenta-se a figura 1, onde são discriminados os dados das atividades desenvolvidas em cada uma das mesorregiões do Paraná, bem como as principais atividades que estes EES desenvolvem. As atividades mais frequentes são produção ou comercialização; troca de produtos ou serviços; comercialização ou organização da comercialização; prestação de serviços ou trabalho a terceiros; poupança, crédito ou finanças solidárias e consumo ou uso de bens coletivos pelos sócios.

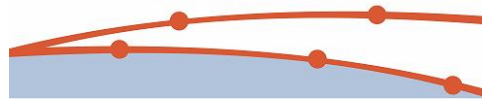
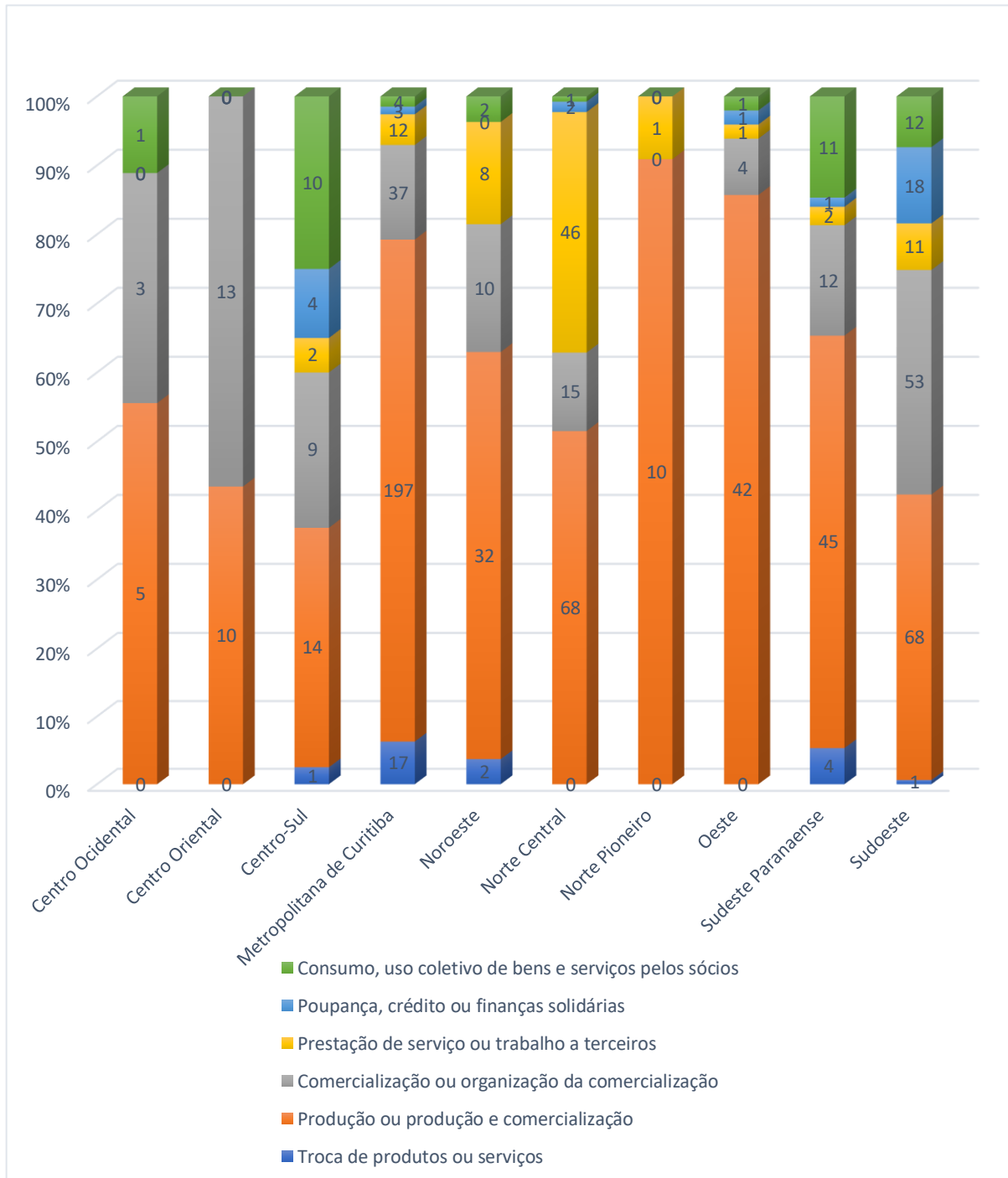


Figura 1: Principal atividade econômica desenvolvida pelos EES



Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária 2013 (2019).

Entre as principais atividades desenvolvidas pelos EES cabe destaque para a o ramo de produção e comercialização, com alta relevância em praticamente todas as regiões,



conforme pode ser observado na figura 1. Nesse segmento deve-se realçar ainda a mesorregião Metropolitana de Curitiba, com 197 empreendimentos voltados especificamente para a produção e comercialização. Na sequência, aparecem Norte Central e Sudoeste, com 68 EES voltados a produção e comercialização. A seguir, aparecem o Sudeste aparece com 45 empreendimentos voltados para este segmento, o Oeste com 42, o Noroeste com 32; quatorze no Centro Sul, dez no Norte Pioneiro e no Centro Oriental e cinco no Centro Ocidental. Os dados revelam que maior parte dos EES do Paraná são voltados para a produção e comercialização de produtos.

Outra atividade desenvolvida que aparece com certo destaque nas mesorregiões paranaenses é a de comercialização ou organização da comercialização. Os dados para a região Sudoeste aparecem com destaque, pois são 53 empreendimentos nesta atividade. Outra mesorregião que aparece com distinção nessa atividade é a Metropolitana de Curitiba, com 37 EES. No Norte Central são quinze empreendimentos que focam na atividade de comercialização e ou organização da comercialização. No Centro Oriental são treze; no Sudeste doze; no Noroeste são dez e no Centro Sul são nove empreendimentos.

Mais uma atividade desenvolvida por estes empreendimentos com relativa relevância é a prestação de serviço ou trabalho a terceiros. Nesta categoria, a mesorregião Norte Central aparece com 46 empreendimentos, seguida pela Metropolitana de Curitiba com doze, Sudoeste possui onze, Noroeste oito, além de dois EES nas mesorregiões Sudeste e Centro Sul. Há ainda de se ressaltar a categoria consumo, uso de bens coletivos e serviços pelos sócios. Neste caso, a mesorregião Sudoeste apresenta doze empreendimentos que desenvolvem este tipo de atividade; o Sudeste possui onze; no Centro Sul são dez; e na região Metropolitana de Curitiba são quatro empreendimentos.

A região Metropolitana de Curitiba apresenta dezessete empreendimentos voltados a troca de produtos ou serviços. Esta atividade, aliás, não se mostra muito frequente nas demais mesorregiões paraenses. O Sudoeste, por exemplo, apresenta quatro EES nesta categoria, o Noroeste apresenta dois e o Centro Sul apenas um. Por fim, outro tipo de atividade explorada pelos EES é a poupança, crédito ou finanças, embora bastante reduzida em comparação as atividades vistas anteriormente. A maior participação desse tipo de atividade está localizada na região Sudoeste, com dezoito empreendimentos solidários desse tipo. Já a região Centro Sul soma quatro EES voltados para a poupança, crédito e finanças; a mesorregião Metropolitana de Curitiba dispõe de três, seguida pelo Norte Central com dois.



Na tabela 3, a seguir, apresentam-se os dados quanto ao acesso ao crédito e a necessidade de financiamento dos empreendimentos econômicos solidários nas diferentes mesorregiões paranaenses referente observando o ano anterior da pesquisa (dados do ano de 2012). Em sete mesorregiões a maioria dos EES não buscou crédito ou financiamento nos últimos dozes meses anterior a pesquisa: Centro Oriental, Região Metropolitana de Curitiba, Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Oeste e Sudoeste. Entretanto, um dado que preocupa é que em três mesorregiões a maioria dos EES possui necessidade de financiamento: Centro Ocidental, Centro-Sul e Sudeste.

Ainda na tabela 3 é possível observar que 667 EES não necessitaram de crédito ou financiamento no período, o que equivale a 80,17%. Por sua vez, 95 EES buscaram e tiveram acesso ao crédito ou financiamento (11,42%), sendo que 70 não conseguiram (8,41%). Com relação a necessidade de financiamento no momento, a maioria apresenta escassez de recursos, pois 54,21% demonstraram interesse. De outro lado, 45,79% dos EES responderam que não possuem necessidade de crédito ou financiamento no momento.

Tabela 3: Quanto acesso ao crédito e necessidade de financiamento

Mesorregião	Não buscou crédito ou financiamento (fcto) nos últimos 12 meses	Buscou e obteve crédito ou fcto nos últimos 12 meses	Buscou crédito ou fcto, mas não obteve nos últimos 12 meses	Existe necessidade de fcto no momento	Não existe necessidade de fcto no momento
Centro Ocidental	6	1	2	8	1
Centro Oriental	21	1	1	13	10
Centro-Sul	28	10	2	33	7
Metropolitana de Curitiba	232	15	23	116	154
Noroeste	48	5	1	30	24
Norte Central	108	11	13	62	70
Norte Pioneiro	8	2	1	5	6
Oeste	42	3	4	30	19
Sudeste	57	11	13	60	21
Sudoeste	117	36	10	94	69
Paraná	667	95	70	451	381

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária 2013 (2019).

Na figura, a seguir, apresentam-se os dados relativos aos resultados da atividade econômica do ano anterior dos EES em cada uma das mesorregiões paranaenses. Os dados que o Atlas apresenta sua análise são: se o empreendimento conseguiu pagar as despesas e ter uma sobra; se conseguiu pagar as despesas e não ter nenhuma sobra; se não foi suficiente para pagar as despesas ou não se aplica. Num primeiro olhar, chama a atenção as



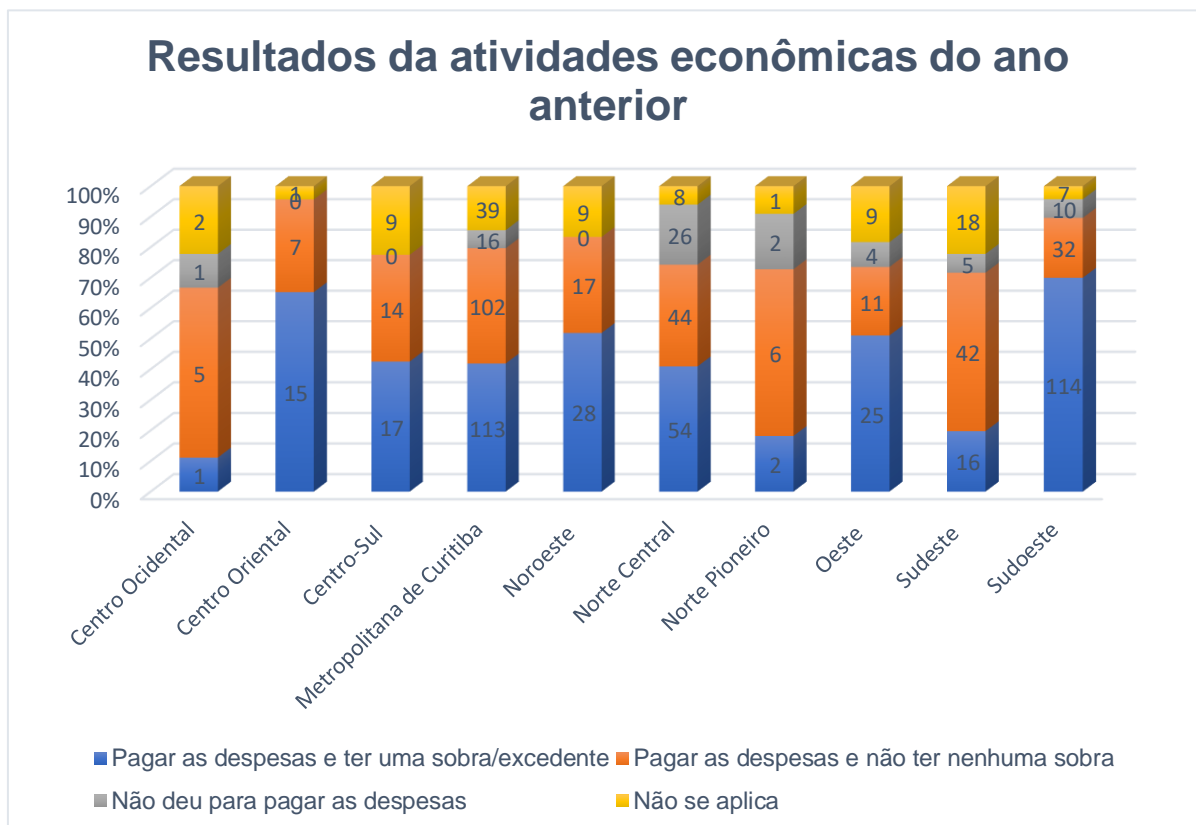
mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Sudoeste. Nestas duas regiões os EES parecem com saldo positivo, pois conseguiram pagar suas despesas e apresentaram excedente.

A Região Metropolitana de Curitiba exibe resultados positivos para 113 empreendimentos; 112 pagaram suas despesas e não obtiveram sobra, sendo que dezesseis empreendimentos não conseguiram cobrir suas despesas (para 39 EES esta situação na se aplica³). Na região Sudoeste foram 114 EES que obtiveram rendimentos positivos, isto é, pagando as suas contas e tendo alguma sobra. Na mesma mesorregião, 32 empreendimentos apenas pagaram as contas e não tiveram nenhuma sobra e dez EES não conseguiram cobrir suas despesas. Convém realçar também os resultados apresentados pela mesorregião Norte Central, pois 54 EES quitaram suas obrigações e apresentaram excedente, 44 conseguiram quitar suas despesas sem sobras, embora 26 empreendimentos não conseguiram honrar seus compromissos financeiros.

Por sua vez, o Sudeste paranaense apresentou dezesseis empreendimentos que obtiveram resultados positivos após pagar suas despesas. Todavia, a grande maioria, 42 EES, conseguiram quitar suas despesas sem apresentar sobras, além de quatro empreendimentos que não conseguiram pagar suas contas. No Noroeste foram 28 empreendimentos que pagaram suas despesas e ao final tiveram a sobra de excedente. Nesta mesorregião dezessete empreendimentos apenas pagaram suas despesas.

³ No Atlas não há maiores explicações sobre a situação de “não se aplica”.

Figura 3: Resultados das atividades econômicas do ano anterior dos EES



Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária 2013 (2019).

Na mesorregião Oeste 25 empreendimentos pagaram suas contas e tiveram alguma sobra. Apenas pagaram as contas e não sobrou excedente em 11 EES, sendo que quatro empreendimentos não conseguiram pagar suas despesas. No Centro-Sul, dezessete EES conseguiram pagar suas contas e obter alguma sobra; embora quatorze empreendimentos pagaram suas despesas e não tiveram nenhuma sobra. No Centro Oriental quinze 15 empreendimentos tiveram sobra de excedente, sendo que sete apenas pagaram suas contas. No Norte Pioneiro foram seis empreendimentos que honraram seus compromissos financeiros, mas não obtiveram qualquer excedente, dois pagaram suas despesas e tiveram sobras e dois sequer conseguiram cobrir seus gastos. Por fim, o Centro Ocidental teve cinco empreendimentos que apenas pagaram as suas despesas, pois não obtiveram nenhum excedente, além disso, um EES conseguiu cobrir seus gastos com excedente e outro não conseguiu pagar suas despesas.



Os resultados desta seção indicam que das três mesorregiões com melhores indicadores, duas delas estão entre as que apresentam um maior número de EES, no caso, Metropolitana de Curitiba e Norte Central. Por outro lado, as mesorregiões com menor número de iniciativas da economia solidária são Centro Ocidental, Centro Oriental, Centro-Sul e Norte Pioneiro. Destas, Centro-Sul e Norte Pioneiro estão entre as que possuem os indicadores socioeconômicos mais alarmantes.

Entretanto, não é possível determinar se o maior número de EES em algumas mesorregiões são porque estas são mais desenvolvidas ou se estas iniciativas contribuem para este desenvolvimento. Da mesma forma, de acordo com os dados do Atlas da economia solidária, não é possível certificar que o número menor de EES representam um efeito das mesorregiões menos desenvolvidas ou se este pequeno número é que dificulta o desenvolvimento destas regiões. De qualquer forma, a relação EES – mesorregiões mais desenvolvidas acabou sendo caracterizada, mesmo não podendo comprovar que este volume de iniciativas é causa ou consequência do desenvolvimento mesorregional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi apresentar um breve panorama da economia solidária no Paraná considerando as mesorregiões e suas desigualdades socioeconômicas. Embora esta unidade da Federação apresente indicadores socioeconômicos positivos no contexto nacional, a realidade interna é bastante heterogênea. Para tanto, foram utilizados dados do “Atlas da Economia Solidária” de 2013, relatório este produzido e organizado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Diversas são as vertentes sobre a importância e a relevância das práticas de economia solidária. A breve revisão teórica permite apontar algumas pistas que sinalizam a importância dos EES. Independente da perspectiva que se tenha a respeito do tema, é inegável que o mesmo permite certo dinamismo econômico, mesmo enfrentando o modo de produção hegemônico atual. Aliás, as mazelas proporcionadas pelo capitalismo podem ser estímulos para que as iniciativas de economia solidária sejam cada vez mais frequentes.

O Paraná possui indicadores bastante satisfatórios quando comparados aos outros estados brasileiros. Entretanto, quando se observa estes indicadores em nível mesorregional, a realidade é bem mais complexa, com alguns resultados bastante preocupantes. Neste



sentido, é possível apontar grandes diferenças entre as mesorregiões, com destaque para o PIB per capita, a renda média, o grau de urbanização e o IDHM. As discrepâncias mesorregionais são expressivas, indicando que boa parte da população paranaense está distante dos dados sintetizados referente a média paranaense.

Com relação específica aos EES existentes no Paraná, se observou que as atividades com maior participação são atreladas ao ramo de produção e comercialização. A principal forma de organização é a de associações, seguida dos grupos informais e cooperativas. Nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Sudeste prevalecem os grupos informais, nas demais a principal forma organizativa são as associações. Outra resposta bastante pertinente diz que a maior parte dos EES não buscou crédito nos últimos doze meses, embora a maior parte no ano de pesquisa afirmava que necessitava de financiamento. Especificamente sobre os resultados financeiros, a maioria dos EES (385) conseguiram quitar suas despesas, enquanto 344 não conseguiram, sendo que destes 280 tiveram receitas apenas para cobrir as despesas e 64 iniciativas não conseguiram honrar seus compromissos financeiros.

De qualquer forma, novos estudos sobre as práticas de economia solidária podem e devem ser realizados. O próprio atlas da economia solidária, produzido pelo MTE, apresenta diversos outros dados, permitindo aprofundar as análises que envolvem os EES. Espera-se que com as mudanças ocorridas, como o fim do Ministério do Trabalho e Emprego, não prejudique estudos, análises e ações voltadas à economia solidária. Diante das implicações do modo de produção capitalista, ignorar a contribuição de iniciativas deste cunho e viés tende a manter marginalizadas pessoas prejudicadas pelas atuais condições do mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS BRASIL – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Consulta**. 2019. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 07 de abril de 2019.

BRASIL. Atlas da Economia Solidária. **Consulta**. 2019. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas> Acesso em 05 de mar. de 2019

BRASIL. **Medida Provisória 870**, de 01 de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. 2019. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm Acesso em 05 de abril de 2019.

CORAGGIO, José L. Las três corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidária. In: **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 15, nº 2, nov. 2013, p.. 11-24. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4731/4585> Acesso em 07 de abril de 2019.

FRANÇA FILHO, G.C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, volume 16, nº 1-2, 2001.

GARCIA, Marcílio R. A economia solidária e a efetivação do direito ao trabalho associado. In: **I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos**. Londrina, PR, 09-12 de junho de 2015. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/1_a_economia_solidaria.pdf Acesso em 07 de abril de 2019.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná em números**. 2019a. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/pr_numeros/index_pr_numeros_pt.htm Acesso em 07 de abril de 2019.

_____. **PIB do Paraná e seus municípios**. 2019b. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/pib_municipal.pdf Acesso em 07 de abril de 2019.

_____. **Perfil avançado das regiões geográficas**. 2019c. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=45 Acesso em 08 de abril de 2019.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, março 2009, p. 7-47. Disponível em:



https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf Acesso em 08 de abril de 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Atlas Digital da Economia Solidária – Consulta**. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas> Acesso em 24 de jan. de 2019.

RANGEL, R. R.; Manolescu, F. M. K. Economia Solidária pela perspectiva histórico-teórica. **Educação, Gestão e Sociedade**, 8 (2), 2012.

RAMALHO, José Ricardo e OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **A atualidade do Debate sobre Trabalho e Desenvolvimento**. In.: Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 211-215, Maio/Ago. 2013

SINGER, Paulo. Economia Solidária: entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**. vol.22 no.62 São Paulo Jan./Abr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020

SCHIOCHET, Valmor. Políticas públicas de Economia solidária – breve trajetória e desafios. In: **Gestão Pública e trabalho associado: fundamentos e perspectivas/ org. Édi Benini 1ª ed.** São Paulo: Outras Expressões, 2011. 480p.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo, Perseu Abramo, 2002.

THEIS, Ivo M.; KRAJEVSKI, Luis C.; STRELOW, Daniel R.; LASTA, Tatiane T. Um panorama da economia solidária em Santa Catarina, Brasil. In: **Revista LIDER**, vol. 19, nº 31, p. 9-32. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema mundial moderno: Agricultura e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Biblioteca das ciências do homem. Edições afrontamento, 1974.



WIRT, I. G.; Fraga, L.; Novaes, H. T. (2011). Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: Batista, Eraldo L.; Novaes, Henrique T. (org.). **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru: Canal 6, p. 191-218, 2011.